



INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES

MARIA CLARA DA SILVA MESQUITA

**A Luta pela Terra: processos de ocupação e conquista de território do Assentamento 24 de
Abril em Acarape-CE, 1997 - 1998.**

ACARAPE-CE

2024

MARIA CLARA DA SILVA MESQUITA

**A Luta pela Terra: processos de ocupação e conquista de território do Assentamento 24
de Abril em Acarape-CE., 1997 - 1998.**

Projeto apresentado como requisito parcial de
avaliação para obtenção do título de bacharel,
pelo Curso de Bacharelado Interdisciplinar em
Humanidades, da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
UNILAB- Campus dos Palmares
Orientador: Dr. José Josberto Montenegro
Sousa

ACARAPE-CE

2024

À memória do meu pai adotivo, que foi uma figura essencial na minha vida. Sua presença e dedicação ao Assentamento 24 de Abril me inspiram profundamente. Embora sua ausência seja sentida, seu legado e sua força continuam vivos em mim e neste lugar.

Aos meus pais biológicos Sérgio e Flávia, que, desde o início, estiveram presentes e foram peças-chave para que a ocupação se concretizasse. Sem a coragem e a persistência de vocês, nada disso seria possível.

E à minha mãe do coração Eliza, que continua sendo um pilar importante em minha vida, me proporcionando o amor e a base que me permitiram crescer aqui.

A todos vocês, sou eternamente grata por tudo que sou e por cada passo que dou nesta caminhada.

Com todo o meu carinho e admiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por não me deixar desistir em meio a tantos desafios que surgiram durante esse período.

Às quatro pessoas que gentilmente me concederam entrevistas, compartilhando suas histórias e memórias do Assentamento 24 de Abril. Suas palavras foram fundamentais para a construção deste trabalho e para o resgate de uma parte importante da nossa história.

Aos meus irmãos José e Beatriz, que sempre me ouviram e me aconselharam, oferecendo suporte e compreensão ao longo de todo esse processo. Sem vocês, essa jornada teria sido muito mais difícil.

Ao Samuel, meu apoio constante em cada momento, nos dias bons e nos mais desafiadores. Sua presença foi essencial para que eu seguisse em frente.

Ao meu orientador Josberto, o meu muito obrigada pela paciência e disposição, sem isso eu não chegaria aqui.

Aos meus colegas de faculdade, que dividiram comigo não apenas o aprendizado, mas também o sentimento de pertencimento e luta. Vocês tornaram essa caminhada mais leve e significativa.

E todos aqueles que de forma direta ou indireta puderam contribuir para esse trabalho.

A todos, meu sincero agradecimento.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar e relatar os fatores que influenciaram os moradores de Acarape a ocupar a fazenda Boqueirão, e o processo de concessão e emissão de posse do Assentamento 24 de Abril, no município de Acarape, Ceará, no ano de 1997. A pesquisa busca compreender as motivações dos ocupantes, os desafios enfrentados e as estratégias de resistência até a conquista e regularização fundiária. Por meio de uma análise histórica e social, procura-se retratar a trajetória de luta e resistência dos primeiros moradores, além de analisar o papel das instituições de apoio na viabilização desse processo de reforma agrária. Dessa forma, a pesquisa contribui para a valorização da memória coletiva e para o fortalecimento dos movimentos sociais pela terra, resgatando a importância do Assentamento 24 de Abril como símbolo de resistência e transformação na região.

Palavras-chave: mobilização e organização de movimentos de luta pela terra; assentamentos rurais no Ceará; Assentamento 24 de abril, Acarape, Ceará.

SUMÁRIO

Sumário

Introdução:	5
Pertencimento e relação com o assentamento	6
Delimitação do tema e problema de pesquisa	8
Questão Central	9
Questões específicas	9
Objetivo Geral	9
Questões específicas	10
Justificativa	10
Metodologia	11
Delimitação do Universo e Amostra	11
Fundamentação Teórica E Desenvolvimento Preliminar Da Pesquisa:	13
Histórico Da Ocupação da Fazenda.	15
A emissão da posse:	23
O Açude Boqueirão, um aliado estratégico da ocupação	25
Considerações Finais	27
Fontes	27
Referências	28

Introdução:

Este trabalho tem como objetivo conhecer a experiência de constituição do Assentamento 24 de Abril, relatar os fatores que influenciaram e motivaram moradores daquela região a ocupar a fazenda, o processo de concessão e emissão de posse do Assentamento 24 de Abril, localizado no município de Acarape, no Ceará. O foco desta pesquisa está em compreender como se deu a ocupação da fazenda Boqueirão, desde as motivações dos ocupantes, os desafios enfrentados até a conquista e regularização fundiária, por meio da análise de documentos e relatores de ocupantes e assentados.

A experiência vivenciada no Assentamento 24 de Abril faz parte do complexo processo de luta pela reforma agrária no Brasil, ocorrendo após anos e anos de demandas e resistência de trabalhadores rurais à procura de terra para viver e produzir. A pesquisa será desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com base em entrevistas realizadas com quatro pessoas, sendo três os primeiros ocupantes do assentamento, e uma moradora, ex-rendeira da fazenda que veio a se constituir no assentamento. Estas pessoas foram testemunhas e participantes diretos desse processo histórico. A coleta de depoimentos foi primordial para a reconstrução da memória social, uma vez que viabilizou uma visão em primeira mão dos desafios enfrentados e das conquistas obtidas ao longo da luta. “A busca pelas fontes orais diz respeito à possibilidade da interpretação de temas da história ainda insuficientemente registrada por outros tipos de informações, a fatos relevantes cuja documentação se deseja completar ou abordar por ângulo diverso do habitual.” (Cassab; Ruscheinsky, 2001, p. 25)

Os relatos de pessoas que viveram a ocupação, como José Milton, Flávia Martins, Sérgio Mesquita e Dona Rosélia, moradores que desempenharam papéis fundamentais nesse processo, foram aqui utilizados como balizadores para o recorte temporal da pesquisa, delimitando-se ao curto período que antecedeu ocupação da fazenda em abril de 1997, até a emissão da posse, que ocorreu em um prazo aproximadamente um ano. A fazenda, que anteriormente pertencia à família Vieira, foi o cenário de um conflito entre trabalhadores rurais sem-terra e herdeiros da propriedade, refletindo um quadro mais amplo das tensões sociais no campo. “Houve várias tentativas de despejo, culminando com a liminar da juíza local de reintegração de posse. Mas diante da resistência dos ocupantes de não saírem da área e de, se necessário, partirem para o enfrentamento direto.” (Dossiê [...], 2001)

O problema de pesquisa que direciona este estudo é: Quais fatores motivaram os agricultores a ocupar a fazenda Boqueirão? Como a mobilização e organização contribuíram para o processo de posse da terra? Ao buscar responder a tais questões, almeja-se compreender como experiências protagonizadas por este grupo de trabalhadores rurais ao se mobilizarem desencadearam possibilidades de mudanças de suas condições de vida exercendo pressão política, sensibilizando a sociedade com relação às suas demandas, até obter a regularização fundiária de uma fazenda improdutiva que passou a abrigar 20 famílias e seus agregados.

Deste modo, este trabalho busca apresentar uma análise da trajetória da ocupação da Fazenda Boqueirão. O estudo está estruturado em torno da delimitação de tema e problema de pesquisa, que incluem as questões investigativas, centrais. A pesquisa também aborda os objetivos do movimento, as justificativas para sua realização, a metodologia aplicada, incluindo a coleta de dados, a fundamentação teórica e o desenvolvimento preliminar da história do assentamento, além das fontes e referencial teórico que embasam a narrativa.

Pertencimento e relação com o assentamento

Este projeto não é apenas uma pesquisa acadêmica, mas um reflexo de minha própria história. Cresci no Assentamento 24 de Abril, e essa vivência pessoal, combinada com os relatos dos primeiros ocupantes, me permite contar essa história com um olhar único, de quem conhece de perto o impacto da luta pela terra. Sou filha dos pioneiros na ocupação e morando aqui mesmo após a saída deles me vi na obrigação de trazer meu lugar de pertencimento até a academia.

O Projeto de Assentamento (PA) Boqueirão, como consta no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é um assentamento localizado cerca de 3,3 km do centro de Acarape, município no interior do Ceará, que fica há 61,8 km da capital Fortaleza. Chamado atualmente de Assentamento 24 de Abril, por ter sido essa data da sua ocupação em 1997, era conhecido, anteriormente como açude do Vieira, do Juvenal ou do Boqueirão pelos moradores mais velhos da região. O nome ambíguo do assentamento, reflete suas origens históricas, enquanto o apelido local, "Sem Terra", ressoa com o propósito inicial da ocupação.

Meus pais biológicos desempenharam papéis bem significativos como líderes e pioneiros dessa ocupação. Meu pai Sérgio Mesquita, um dos entrevistados, foi um dos líderes

e motivador como eles mesmo se denominam na ocupação, quando um grupo de homens sem-terra decidiu ocupar uma fazenda em busca de um lar e sustento. Minha mãe, Flávia Martins, foi a primeira mulher a se juntar à ocupação, desafiando as dificuldades e contribuindo para a construção da comunidade, trazendo minha irmã Beatriz com apenas cinco anos de idade, à época.

Apesar de meus pais não morarem mais no assentamento, sua influência e legado continuam a guiar meu interesse em preservar esta história desse território que se constituiu em nosso lugar de vida. Moro no Assentamento desde os meus primeiros dez meses de vida com os meus tios. Embora sejam meus tios, sempre os chamei de pais, pois foram essenciais na minha criação e têm sido minhas principais fontes de apoio e orientação. Minha tia Eliza e meu tio Sebastião, que faleceu há um ano, tiveram um papel fundamental em minha vida. Crescer sob seus cuidados me proporcionou uma compreensão mais profunda da história e dos valores que sustentam nosso Assentamento.

Assim como meus pais, meus tios desempenharam papéis cruciais na comunidade, ele como presidente da associação por um período de tempo, enquanto minha tia ocupa o cargo de secretária desde que chegou ao assentamento. Ambos sempre buscaram formas de ajudar as pessoas aqui, demonstrando um compromisso constante com o bem-estar coletivo. Meu tio, em particular, esteve presente durante todo o processo atuando em diversas frentes para tornar o lugar viável para a instalação dos assentados, como por exemplo, nas ocasiões em açude que abastece toda a população atingia o seu nível máximo e começava a sangrar, ele liderava mutirões para limpar e garantir a segurança hídrica da comunidade. Nos períodos chuvosos, quando a estrada ficava intransitável, ele promovia mobilizações para fazer reparos, garantindo o acesso de todos. Seu legado de dedicação e serviço continua a inspirar a todos nós.

Minha pesquisa busca não apenas compreender a história do Projeto de Assentamento (PA) Boqueirão, mas também destacar sua relevância social e política na comunidade. Ao documentar e compartilhar essa narrativa, honro não apenas meus pais e antepassados, mas todos os que contribuíram para a construção e evolução deste assentamento ao longo do tempo, além de buscar inspirar futuras gerações a valorizar e continuar a luta pela justiça social e pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Escolhi investigar a história e evolução do Assentamento por motivos pessoais profundos. Este assentamento não é apenas o lugar onde nasci e cresci, mas também o centro de uma narrativa familiar e comunitária que moldou minha identidade. Testemunhar a dedicação e os esforços de meu tio e minha tia para melhorar as condições de vida da comunidade também foi uma fonte inspiradora para explorar mais a fundo essa história. Além

disso, a escolha desse tema constitui ainda uma forma de reconhecer o esforço e dedicação de pessoas que fizeram parte dessa jornada desde o início, mesmo aqueles que não estão mais aqui, e aos muitos desafios enfrentados pela comunidade ao longo dos anos. Eu acredito que ao compreender e documentar essa história, posso contribuir para preservar nossa memória coletiva e promover um maior entendimento sobre a luta pela terra e os direitos dos assentados no Brasil.

Delimitação do tema e problema de pesquisa

A fazenda Boqueirão do Juvenal, localizada em Acarape-CE, fazia parte do vasto latifúndio de Juvenal de Carvalho. Por incidentes históricos, essa propriedade passou a pertencer à família de Antônio Vieira, nos anos 1930, como titular da propriedade. Nessa época, a fazenda chegou a empregar centenas de trabalhadores rurais, que já vinham prejudicados sob o jogo de coronéis que controlavam essas terras. Esses trabalhadores enfrentaram muitas condições desumanas devido às secas recorrentes, agravadas pela exploração latifundiária que monopolizava as melhores terras, deixando os trabalhadores à margem, sem acesso aos recursos naturais. Conforme relatado por fontes orais e documentos históricos, os latifundiários da região se beneficiavam de financiamentos simples, utilizados para construir poços e outras infraestruturas, enquanto os trabalhadores eram mantidos em condições que se assemelhavam à escravidão submetidos a dívidas abusivas contraídas com os proprietários. Nesse período, a desigualdade socioeconômica entre os trabalhadores e os proprietários era reforçada pela conivência do poder público, que perdoava as dívidas dos latifundiários, ao mesmo tempo em que individualiza os trabalhadores, perpetuando um sistema servil.

Os trabalhadores rurais, com o apoio de movimentos como a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), Movimento Liga Camponesa (MLC), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acarape, tomaram a decisão de ocupar uma fazenda em busca de melhores condições de vida e trabalho. A ocupação foi uma resposta direta às décadas de abuso sofrido, em que os trabalhadores eram obrigados a pagar rendas exorbitantes e viviam sob constante ameaça de despejo. Durante o processo de ocupação, foram enfrentadas resistências intensas, tanto por parte dos antigos proprietários quanto pelas autoridades locais, que atuaram em defesa dos interesses latifundiários. No entanto, a ocupação marcou um grande passo na história de luta de terras em Acarape.

Objetivo e Questão Central

A questão central deste estudo busca compreender os eventos que antecederam a ocupação, os desafios enfrentados e as estratégias que marcaram o processo de ocupação de terras devolutas e que resultaram na conquista do território, atualmente, 2024, do Assentamento 24 de Abril, e a fase subsequente de regularização e emissão de posse. A partir dessa questão, pretende-se assinalar os fatores políticos, sociais e organizacionais que influenciaram a ocupação e os processos que possibilitaram a transformação da ocupação em um assentamento.

O objetivo deste estudo é analisar e retratar o processo de ocupação e emissão de posse do Assentamento 24 de Abril. Buscando compreender como se deu a escolha das terras, as motivações políticas e sociais que levaram à ocupação, as estratégias utilizadas pelos líderes e participantes para garantir a entrada e permanência nas terras, e a resistência enfrentada durante o período em que permaneceram sob lonas, até o dia da emissão de posse. Além disso, visa contextualizar o assentamento dentro do movimento mais amplo de reforma agrária no Brasil, destacando seu impacto na vida dos assentados e na dinâmica social e econômica da região.

Objetivos e Questões específicas

- a) Estudar e relatar os fatores que influenciaram os moradores daquela região a ocupar a fazenda Boqueirão, no final da década de 1990;
- b) Descrever como ocorreu o processo de mobilização e ocupação da terra que se constituiu no Assentamento 24 de Abril;
- c) Coletar depoimentos de narrativas históricas dos moradores do Assentamento.
- d) Analisar os desafios vividos por moradores no decorrer do processo de ocupação e posse.

A pesquisa confirma que a ocupação foi motivada pela articulação de movimentos sociais, especialmente a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acarape, que acolhia as reivindicações e a insatisfação de trabalhadores rurais perante a concentração de terras e a falta de políticas agrárias eficazes. “À prefeitura trabalhava um sistema de contrato de arrendamento de terra muito ruim, onde a prefeitura dava as condições para o agricultor

arrendar um pedaço de terra, (...) três anos devolvia a terra para o proprietário, então isso nos chocou” (Mesquita, 2024) A ocupação visava garantir melhores condições de vida para essas famílias, que enfrentavam dificuldades em acessar terra produtiva e viver de maneira digna. O movimento coletivo foi essencial para organizar a ocupação e pressionar o governo local e federal para uma causa que ainda hoje é urgente, como o processo de acesso e distribuição de terras.

Justificativa

A ocupação e posse do Assentamento 24 de Abril é um tema de extrema relevância histórica e social que merece ser explorado. Ao analisar a lacuna em que se inscreve a história do Assentamento 24 de Abril, observa-se que a maioria dos moradores desconhecem a própria trajetória. Portanto, um dos intuitos deste trabalho é contribuir para ampliar o conhecimento dos assentados, dos moradores e da comunidade acadêmica dando enfoque na necessidade de debater sobre a distribuição de terra no Brasil.

Considerando que o estudo da ocupação e posse desse assentamento é relevante para compreender as condições de vida, os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas pela população que ali reside, a história do Assentamento 24 de Abril está repleta por conflitos de interesses entre os ocupantes, proprietários anteriores da terra e os órgãos governamentais. Estudar esses conflitos e as formas de negociação e resolução de disputas pode fornecer concepções valiosas sobre os desafios enfrentados pelos movimentos sociais e pelas políticas públicas no país.

Sob o mesmo ponto de vista sua ocupação pode estar vinculada a um contexto mais amplo de reivindicações sociais e políticas, que remontam às lutas camponesas e aos movimentos de resistência popular. Podendo investigar questões relacionadas à organização comunitária, à garantia de direitos básicos, à produção agrícola e à sustentabilidade ambiental, entre outros aspectos.

Por fim, investigar e documentar a história do Assentamento 24 de Abril por meio de entrevistas orais pode contribuir para preservar a memória coletiva da comunidade local, considerando que “a história oral possibilita que indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial possam ser ouvidos, deixando registros para análises futuras de sua própria visão de mundo e aquela do grupo social a que pertencem.” (Cassab; Ruscheinsky, 2001, p. 12). Além de fornecer auxílio para a construção de políticas de

preservação do patrimônio histórico e cultural das populações rurais, pois não apenas preenche uma lacuna no conhecimento acadêmico sobre a realidade rural brasileira, mas também pode ter implicações práticas significativas para o fortalecimento de movimentos sociais.

Metodologia

A pesquisa realizada se enquadra na categoria de pesquisa qualitativa e exploratória, uma vez que busca compreender experiências relacionadas um movimento social de luta por reforma agrária, bem como desafios envolvidos na ocupação e regularização fundiária do Assentamento 24 de Abril, em Acarape-CE. Para isso, adotou-se uma abordagem que favorece a análise subjetiva dos envolvidos, a fim de captar, por meio de suas respectivas narrativas orais, versões e interpretação dos eventos do passado.

Delimitação do Universo e Amostra

No desenvolvimento da pesquisa utilizou-se referências bibliográficas, fontes documentais e relatos recolhidos a partir de entrevistas com moradores/as do Assentamento 24 de Abril, cuja ocupação resultou em um processo de regularização fundiária. A amostra foi composta por quatro indivíduos escolhidos por com base em suas participações nos eventos que levaram à conquista da terra, bem como de suas vivências como assentados, pessoas que desempenhando papéis-chave na ocupação.

Tendo em vista que “só ocorre tipo de amostragem quando a pesquisa não é censitária, isto é, não abrange a totalidade dos componentes do universo e surge a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população, ” (Lakatos; Marconi, 2003), assim, apresentamos os entrevistados para esta pesquisa.

1. O líder do movimento de ocupação; que organizou e se manteve à frente das negociações para conquista e posse da terra.
2. Um dos pioneiros da ocupação; que esteve envolvido desde o início do processo.
3. A única mulher e mãe participante ativa da ocupação, oferecendo uma perspectiva de gênero e familiar.
4. Uma ex-moradora da fazenda antes desta ter sido desapropriada, que atualmente é uma das assentadas.

Entrevistas semiestruturadas: foram conduzidas quatro entrevistas semiestruturadas com os participantes mencionados anteriormente. As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes e posteriormente transcritas. As perguntas abordaram os eventos históricos da ocupação, os desafios enfrentados, as estratégias de resistência, e a regularização do assentamento.

Análise documental: foram analisados documentos disponíveis em páginas eletrônicas de órgãos e arquivos públicos, relacionados à ocupação do Assentamento 24 de Abril. Durante a realização das pesquisas para este trabalho, contei com o auxílio da FETRAECE. Essa entidade forneceu-me planilhas contendo informações detalhadas sobre assentamentos relacionados à reforma agrária e ao crédito fundiário dos municípios do Maciço de Baturité, incluindo o Assentamento 24 de Abril, o qual constitui o objeto deste estudo.

Fontes de dados sobre o Maciço de Baturité, microrregião do estado do Ceará que abrange os seguintes municípios: Baturité, Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara. Tive acesso a 12 planilhas, cada uma correspondendo a um município diferente, excetuando Guaramiranga, pois não há registros de assentamentos neste município.

As planilhas recebidas incluíam informações como o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), número de ordem, data de criação dos assentamentos e o número de famílias assentadas, conforme consta nos registros da FETRAECE e do INCRA. Contudo, para os fins desta pesquisa, foram analisadas apenas as informações referentes aos municípios que possuem assentamentos de reforma agrária, particularmente o Assentamento 24 de Abril.

Observação Participante: Permitindo que à pesquisadora, que nasceu e cresceu no Assentamento 24 de Abril, acompanhar de perto as condições atuais da comunidade e conversar com moradores/as, que são, seus vizinhos. Essa convivência diária acrescentou à análise não somente informações coletadas pelas entrevistas formalizadas, mas também histórias vividas, favorecendo a uma visão mais próxima da realidade do local.

Fundamentação Teórica E Desenvolvimento Preliminar Da Pesquisa:

A história da luta pela terra no Brasil remonta ao período da invasão portuguesa, quando estes se lançaram sobre os territórios habitados por povos indígenas, ocupando,

explorando e exterminando grande parte desses povos e seus modos de viver. A sede de acumular de terra por aqueles que detêm o poder, versus a necessidade da minoria necessitam da terra para existir é uma batalha travada no Brasil desde 1500, quando teve início a colonização. Segundo Oliveira (1988, p. 15), “os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram”, iniciando um processo de desmonte dos modos de vida das populações originárias.

O genocídio permaneceu no século XIX e início do século XX, se destacando nos conflitos de Canudos (1897) e contestado (1914), comumente inseridos no ensino de história escolar como conflitos de cunho religioso. Para Oliveira (1988, p. 17), no entanto, “são memórias da capacidade de resistência e de construção desses expropriados na busca pelo espaço livre onde possam ser proprietários coletivos de um tempo descompromissado com o relógio capitalista”. A história da luta pela terra que é marcada por inúmeras mortes, sendo a maioria delas de camponeses que buscavam seu lugar para viver.

Nas décadas de 1950 e 1960, as Ligas Camponesas surgiram como importantes movimentos de base, especialmente na região nordeste do país. Lideradas por figuras como Francisco Julião e João Pedro Teixeira, essas Ligas buscavam garantir melhores condições de vida para os camponeses através da distribuição de terras. “Nascidas muitas vezes, como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, no Nordeste brasileiro, a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio. ” (Oliveira, 1988, P. 25). E se transformaram em organizações políticas e sociais mais estruturadas.

O cenário político e social do Brasil nas décadas de 1950 e 1960 era marcado por uma crescente insatisfação de conflitos sociais e um forte desejo de mudança. "O modelo de desenvolvimento agropecuário implantado, desde a década de 1960, gerou a intensificação da concentração fundiária, a expropriação e a expulsão de milhões de famílias do campo. Nesse processo de exclusão, os trabalhadores se engajaram na luta pela terra (...), portanto, quanto mais se intensifica a expropriação e a exploração, mais cresce a resistência" (Fernandes, 2001, p. 2). A luta das Ligas Camponesas por reforma agrária encontrou resposta entre diversos setores da sociedade, mas também gerou forte resistência por parte das elites agrárias, que viam suas propriedades ameaçadas.

Com o golpe militar de 1964 houve um impacto significativo na luta pela reforma agrária. O regime militar implantado resultou em perseguição política e repressão aos movimentos sociais, incluindo as Ligas Camponesas. Muitos desses líderes camponeses foram

presos, ou mortos, o que enfraqueceu temporariamente a resistência organizada dos camponeses. O documentário *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho (1984) retrata a luta pela reforma agrária no Brasil durante a ditadura militar, nele é possível observar por meio das entrevistas e todo o enredo do documentário, as situações vividas pelos camponeses naquela época, e as consequências da repressão e perseguição políticas aos trabalhadores.

Com o início da redemocratização na segunda metade da década 1980, os movimentos sociais conseguiram mais espaço para atuação política. Nesse contexto, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se destacou na luta pela reforma agrária. Segundo Fernandes (2001, p. 7)

Desde meados da década de 1980, quando o MST se territorializou pelo Brasil afora, os trabalhadores sem-terra junto com os posseiros, os pequenos proprietários, meeiros, rendeiros e parceiros – intensificaram o processo de formação do campesinato brasileiro. A intensificação das ocupações de terra causou grande impacto político, de modo que os sem-terra passaram a ser os principais interlocutores, no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária. Esses trabalhadores de origem rural ou urbana, estão lutando pela terra em todas as grandes regiões.

O governo, pressionado pela sociedade, criou incipientes políticas de reforma agrária de forma lenta e insuficiente para atender as demandas dos movimentos sociais perante o conservadorismo das elites latifundiárias, a burocracia e a ineficiência de programas nesse sentido. O governo, segundo Franco (2019, p.31) “optou por privilegiar a elite agrária outrora escravocrata em detrimento da maioria da população. Uma vez que o próprio estado brasileiro foi formado por essa categoria específica, e com o objetivo de atender os seus interesses.” Pois o processo de desapropriação de terras envolve uma série de trâmites jurídicos que por muitas vezes se arrastam por anos.

Segundo Delgado, “Com o fim do regime militar e a crise da “modernização conservadora” da agricultura, o debate da Reforma Agrária é retomado no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)”. Entre 1986 e 1997, as ocupações se afirmaram como uma das principais formas de conquista da terra no Brasil, especialmente nas regiões Sul, Sudeste e em estados como o Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco. Nesse período, 77% dos assentamentos surgiram a partir de ocupações. Entre 1995 e 1999, 85% das famílias assentadas vieram diretamente de ocupações, mostrando o papel central desse método para o que se conquistou em termos de reforma agrária. Outra parcela de assentamentos oficialmente reconhecidos corresponde a regularizações fundiárias de posseiros.

O Ceará se destaca com o maior número de assentamentos criados em decorrência de políticas estaduais e programas como o Cédula da Terra e Banco da Terra. (Fernandes, 2001, p.14). O Assentamento 24 de Abril em Acarape, localizado no município de Acarape, faz parte desse amplo processo de ocupação de terras e de luta pela reforma agrária nas últimas décadas que conquistaram a regularização fundiária. Neste contexto se insere o movimento de ocupação da fazenda Boqueirão e posteriormente convertida no Assentamento 24 de Abril, regularizado no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A experiência desse assentamento reforçando a importância a ocupação como instrumento ao qual os sem-terra são impelidos a recorrer ao pretenderem conquistar direito à terra para milhares de famílias de trabalhadores/as rurais brasileiras.

Histórico Da Ocupação da Fazenda.

A fazenda Boqueirão, antes pertencente ao Juvenal de Carvalho¹, figura central no controle das vastas terras da região, foi, por razões que os registros históricos e fontes orais não esclarecem com precisão, passada à família Vieira a partir da década de 1930. Durante a gestão de Antônio Vieira, em um período crítico de secas que assolou a região, o governo local tomou a iniciativa de construir benefícios em várias propriedades privadas com o intuito de garantir a subsistência da população. Uma dessas obras foi o açude Boqueirão, construído nas terras da família Vieira, e, em reconhecimento ao antigo dono da propriedade, foi erguido um monumento e afixada uma placa com o nome de Juvenal de Carvalho. O açude, além de contribuir para a preservação das atividades agrícolas e de subsistência da fazenda, tornou-se um ponto central de apoio para a comunidade em tempos de estiagem.

Este açude foi construído com recursos públicos na terra do antigo proprietário na década de 40 com a obrigação de que o açude fosse de utilidade pública para a população carente de água potável de todo o município. Em tempos anteriores à ocupação, havia a proibição de se tirar água. A liberação do açude para a população foi resultado de um ganho de causa dela, via prefeitura, contra o antigo proprietário, em 1993/1994. Este açude é o único reservatório de água potável capaz de abastecer uma vasta região circunvizinha. (Dossiê [...], 2001).

¹ O Coronel Juvenal de Carvalho foi um influente político e proprietário rural de Redenção-CE, conhecido por sua hospitalidade e introdução de métodos modernos na agricultura, especialmente no cultivo da cana-de-açúcar. (Revista do Instituto do Ceará, 1946).



Placa do obelisco - monumento em homenagem a Juvenal Carvalho, ex-proprietário das terras da fazenda Boqueirão, erguido em 1948 por Antônio Vieira da Costa. Situada no açude do Vieira. Acervo pessoal da autora, 2024.

Após seu falecimento, a propriedade de 548,8027ha² foi dividida entre os dois filhos de Antônio Vieira: Adalberto e Clarice Vieira. Adalberto, por sua vez, a fazenda os seus dois filhos, resultando na divisão da fazenda em partes para cada um deles. Já Clarice, irmã de Adalberto, teve apenas um filho, Fernando Costa, que herdou sua parte, tornando-se assim proprietário de uma grande área da antiga fazenda dos Vieira.

A propriedade já possuía alguns moradores, ou arrendatários, para ser mais precisa, como é o caso da família de Dona Rosélia, que hoje tem 74 anos, que nasceu e se criou nessa fazenda, lugar e trabalho que nunca largou, casou-se, teve três filhas e ficou viúva, tendo que criar as filhas e sobreviver do que plantava e dos animais que criava no pequeno pedaço de terra “emprestado”.

Eu nasci aqui, nasci desde o dia que eu nasci que moro aqui. Nunca saí daqui nem por uma semana. Sai só se um dia, mas logo eu tô no meu lugar, porque nunca saí daqui de jeito nenhum. Me casei, mas continuei aqui. Aí aqui tive

² Dados obtidos do memorial descritivo fornecido pela INCRA.

filhos e hoje tenho um neto, mas sempre aqui. E aqui é que é o meu lugar, que eu acho muito bom. (Oliveira, 2024)

Sem muitas perspectivas de estudo e de uma vida longe da fazenda, Rosélia começou a ajudar seus pais no roçado com apenas oito anos de idade. “Naquela época, a gente trabalhava de roçada, em capoeira de algodão, o trabalho mais pior que existia. “Panhando” algodão nas capoeiras do Antônio Vieira, era muito ruim. ” (Idem) esses anos de trabalho árduo construíram uma forte ligação com a terra, mas também evidenciaram as limitações da vida sob as condições impostas pelo dono da fazenda.

A ocupação da fazenda Boqueirão trouxe uma expectativa de mudança. Impulsionados pela busca de um lugar para viver, os ocupantes enfrentaram diversos desafios, mas também enxergaram a chance de tornar aquelas terras, antes limitadas a poucos, em um local de oportunidades e sustento. Para pessoas como Dona Rosélia, e os seus irmãos, moradores daquele lugar desde nascidos, essa ocupação significou não apenas um ato político, mas uma verdadeira renovação de suas vidas.

A história de Dona Rosélia representa a uma resistência inseparável de seus vínculos com a terra, que, mesmo diante das adversidades, continua a ser fonte de vida e identidade. A luta pela terra e a ocupação mudaram o destino de muitos, mas, para Rosélia, o mais importante sempre foi permanecer no lugar que ela chama de lar.

Enquanto pessoas como Dona Rosélia cultivavam uma intensa relação com a terra desde antes da ocupação, novos protagonistas surgiram, movidos por um anseio de transformação e pela promessa de uma vida melhor. Foi nesse cenário de desigualdade fundiária e na luta pela reforma agrária que os primeiros ocupantes chegaram à fazenda, não podendo suportar mais os descasos do governo local com os agricultores, esses pioneiros, vindos de diversas localidades, trouxeram não apenas a esperança de dias melhores, mais justo e talvez igualitário, mas também a experiência de uma vida pautada pela resistência.

Um dos motivadores, o líder dessa ocupação, Sérgio Mesquita, já havia participado de muitas lutas, já fora diretor da FETRAECE, e durante a ocupação foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Acarape, experiência da qual recorda os desafios iniciais e a determinação que guiava o grupo; “O maior desafio, na verdade, foi encorajar as famílias. Eu acho que foi um desafio danado, porque todo mundo era de casa, tanto o proprietário era daqui, e de uma família muito tradicional, quanto as pessoas também eram daqui. ” (Mesquita, 2024)

Sua experiência anterior em movimentos sociais foi fundamental para organizar os primeiros dias de ocupação, quando enfrentaram resistência tanto por parte dos proprietários

quanto por parte das autoridades locais. Mesmo diante das adversidades, Sérgio continuava na linha de frente, orientando e incentivando os demais e garantindo que o movimento siga forte.

Entre os primeiros ocupantes, Flávia Martins foi a única mulher presente no grupo inicial. “Por eu ser representante sindical³ Na época, fui juntamente com a minha família, pois meu esposo era líder (Sergio Mesquita). Fui encorajar as outras esposas a fazerem parte da ocupação. ”, relembra Flávia.

Sua participação desde o início atraiu outras mulheres para se envolverem no movimento, não apenas como apoiadoras, mas como parte ativa na luta pela terra. Flávia, que trouxe sua filha pequena durante a ocupação, conta que, apesar dos desafios de ser mulher em um ambiente muitas vezes dominado por homens, ela nunca se sentiu menos importante. “Eu participei de todas as reuniões porque eu era esposa do líder, como esposa e tesoureira, que foi o sindicato que organizou(...) tive um tratamento assim de respeito, por eu ser a única mulher que tinha, tive um tratamento especial, porque eles me trataram com respeito, tanto a mim como a minha filha. ” (Silva, 2024)

José Milton Souza foi um dos pioneiros, vindo de uma vida de trabalho em terras arrendadas, ele viu na ocupação a oportunidade de finalmente ter um lugar que fosse seu. “O meu interesse é porque a gente trabalhava com os patrões, pagava renda, muitas vezes botava um roçado. Às vezes quando fazia três sacos de legumes, tinha que entregar 2 para o proprietário, a gente só ficava com um saco. Então num tinha resultado. E aqui era uma oportunidade que a gente tinha para trabalhar na agricultura e o que colher ser dono, né? ”, diz José Milton, refletindo sobre sua motivação. Para ele, a ocupação representava uma ruptura com o passado, em que sempre dependia de acordos precários com os donos de terras. A possibilidade de conquistar a posse da terra o impulsionou a seguir com o grupo, apesar das dificuldades iniciais.

A noite da ocupação representa um misto de sentimentos e lembranças para cada um deles. As lideranças, adotaram a estratégia de não revelar o local da terra a ser ocupada até o momento de efetivação do ato.

Só quem sabia onde era a terra eram os três líderes, o Rui Holanda, o Bosco e o Sérgio, que sabiam onde era a terra. A família não sabia, porque podia alguém desistir, e não podia vazar essa história que a gente ia ocupar essa terra, porque podia nós chegar lá, a polícia já estava nos esperando. Aí como é que ia ser? Não ia dar certo. ” (Silva, 2024)

Sérgio Mesquita, um dos líderes relembra como foi a noite da ocupação;

³ Tesoureira do Sindicato dos trabalhadores. Informação extraída de entrevista estruturada com Flávia Martins, realizada em setembro de 2024.

Meia-noite, a gente saía recolhendo, e das pessoas que a gente animou para participar dessa ocupação, no dia da ocupação alguns fracassaram, com medo, e nós tivemos que ir buscar em casa. Que hora nós vamos entrar? Meia-noite. Aí falamos com o Genário, o filho do Flávio¹, tinha uma Mercedes, para ele levar as pessoas, como era pouca gente, em cima de uma Mercedes. Levava lona, levava comida e ainda levava as pessoas. Foi meia-noite, a gente terminou de juntar as pessoas em cima do caminhão, foram os três a cavalo, um deles era eu, porque eu tinha os cavalos na época, o José Vital, que também foi a cavalo, e fomos entrar na fazenda. (Mesquita, 2024)

Flavia Martins, sendo a única mulher e também mãe sentiu algo diferente durante a primeira noite de ocupação, sendo esposa do líder, tesoureira do sindicato dos trabalhadores, fez questão de estar presente desde o início, mas como mãe a filha era a principal preocupação;

Eu saí da minha casa com minha filha de seis anos, em cima de um pau de arara, sem até mesmo saber onde era a terra, porque até então ninguém sabia onde era a terra, e isso para mim foi um desafio muito grande, passar a noite no relento, não tinha onde armar rede, só a minha filha coberta com lençol a noite todinha. E outra foi amanhecer o dia, os comentários que tinham era que a polícia ia despejar a gente, aí uma das estratégias era cavar umas valas no meio da estrada, para os carros não irem até lá, e ficou uma equipe no meio do mato, na estrada, pastorando se, ia polícia, o que era que ia. (Silva, 2024)

Paralelamente, José Milton, um dos pioneiros recorda que:

Quando chegamos, fumo pegar logo... fumo escolher um canto na represa do açude, quando nós chegamos lá no local, a gente, quando tava se arrumando para ajeitar as coisas no canto lá, saiu um cara que era encarregado do açude, um pescador, que era um meeiro, meeiro não, ele era rendeiro do açude. Aí, já quis botar o boneco para a gente, brigar com a gente, mas ninguém brigou com ele, porque era muita gente. Tiremos ele numa boa e mandamos ele sair, numa boa. E assumimos, formamos grupo, para não deixar que a polícia chegasse até o local aonde tava assentados (Costa, 2024).

Apesar dos diferentes pontos de vista, ambos compartilhavam as mesmas perspectivas, os mesmos medos e anseios, naquela noite de 24 de abril de 1997 a vida daquelas pessoas não seria a mesma. O grupo dos primeiros ocupantes, formado por 20 pessoas, dentre elas uma mulher e uma criança, encontrou na união a força para seguir em frente.

Com o passar do tempo, a solidariedade entre os ocupantes foi se tornando um fator crucial para a manutenção do movimento. A organização interna foi essencial para garantir que todos tivessem o mínimo para sobreviver. As tarefas eram divididas entre os membros do grupo, no primeiro dia de ocupação “ao amanhecer o dia, tiramos uma equipe para ir para FETRAECE, uma equipe para ir para o INCRA, dizer que nós ocupamos essa terra.” (Mesquita, 2024) todos sabiam que o sucesso da ocupação dependia do empenho de todos, “era unido, o grupo. Até na alimentação, a gente se formava um grupo para pescar, para dividir o peixe para todo mundo. (...) se a gente matava um boi, era para todo mundo.” (Costa, 2024).

As tensões com o antigo proprietário da terra não demoraram a surgir. Com a notícia da ocupação, vieram também as primeiras tentativas de despejo. Ambos os entrevistados relembram um episódio que marcou muito para eles, a chegada do carro da polícia, que ao entrar nas propriedades, inexplicavelmente, incendiou. “Aí o carro bateu embaixo numa pedra, eu acho que foi o Valberto que viu o carro pegando fogo, avisou os policiais, só deu tempo e eles desceram. Aí o carro explodiu, e a gente via tantos pneus estourando, bum, bum, aquela coisa danada. E parte das pessoas que foram para ocupar a terra pensavam que era o exército que o Fernando tinha levado e correram dentro do mato.” (Mesquita, 2024)

José Costa conta a sua versão do ocorrido:

Aí quiseram jogar a culpa em nós, que nós tinha botado fogo no carro. Nós não botamos fogo no carro. Por sorte nossa de não ser acusado do carro ter incendiado, foi um rapaz que vinha atrás, que trabalhava na prefeitura do Acarape, né? E que também vinha um repórter também, que era o filho do Zé Alberto Pontes. Viro, e serviu de testemunha para nós assentados [ocupantes, à época do ocorrido], livrar nós dessa acusação. (Costa, 2024).



Ocupantes da fazenda ao lado do carro da polícia local carbonizado, Acarape, Ceará, 25 /04 /1997. Acervo pessoal do ocupante e ex-morador/assentado, Sérgio Mesquita.

Durante esse período da mobilização à ocupação propriamente dita, desde as primeiras reuniões até os dias da construção das primeiras casas de taipa, o grupo precisou se organizar ainda mais, contando com o apoio de sindicatos dos municípios vizinhos, como

Chorozinho, Redenção, Guaiuba e outros movimentos de trabalhadores rurais, como a CUT e a FETRAECE, para pressionar as autoridades a garantir o direito à terra.

Sergio Mesquita, relata como se deu essa fase:

A mobilização inicial começou com o sindicato do Acarape, e com a FETRAECE, eram os dois parceiros, FETRAECE, o sindicato, para fazer essa mobilização das pessoas. Quando a gente ocupou, no dia da ocupação, a gente já teve apoio de sindicato de Redenção, apoio da Central Única dos Trabalhadores, apoio de alguns comerciantes do Acarape, que forneceram alimentação para a gente estar seguro lá, alimentação que não podia estar para ocupar, tinha que ter, e as pessoas faziam isso. E alguns sindicatos, até da região do Cariri, do Maciço, aqui de Baturité, nos ajudaram muito nessa mobilização, conseguindo alimento, conseguindo roupa, conseguindo remédio, conseguindo lona. O Sindicato dos Comerciantes nos ajudou também, quer dizer, quando a gente fala em sindicato, não se limita só aos rurais, a gente tem essa interlocução legal com sindicatos de outros ramos, que fortalece a gente. E isso foi interessante para todos nós. (Mesquita, 2024)

O relato evidencia não apenas a solidariedade de diferentes segmentos sociais, mas, permite inferir que há uma insatisfação perante as desigualdades e precariedade decorrentes concentração latifundiária e exclusão do acesso à terra. Ilustra bem a importância das redes de apoio para a sobrevivência e manutenção dos movimentos dos sem-terra, O papel desempenhado pelo Sindicato de Acarape, pela FETRAECE, e outros sindicatos de várias regiões mostra que a ocupação não foi um esforço isolado. Pelo contrário, ela se sustentou em uma ampla rede de solidariedade que incluiu sindicatos rurais e urbanos, além de comerciantes que contribuíram com recursos básicos como alimentação, roupas, remédios, dentre outros meios.

Além disso, o depoimento em si demonstra a diversidade de atores sociais que se mobilizaram em torno da causa, destacando que a ocupação teve um caráter coletivo muito maior do que apenas a reivindicação de terra. Essa rede de apoio foi um pilar para o movimento, e sem ela, a ocupação dificilmente teria conseguido enfrentar as adversidades de setores que pretendiam derrotá-la. No relato, Sérgio enfatiza que o movimento sindical não se limitava ao setor rural, mas incluía outros ramos, demonstrando a força da solidariedade Inter setorial e a importância de alianças mais amplas.

Os primeiros dias após a ocupação foram marcados por desafios coletivos que exigiram união e perseverança de todos os envolvidos. A falta de estrutura básica, o medo constante de represálias, e a necessidade de organizar uma comunidade sem os recursos mínimos foram algumas das barreiras iniciais enfrentadas pelo grupo.

José Milton, descreve que a maior dificuldade foi a questão da alimentação, pois uma balsa que transportava alimentos acabou virando no açude, o que prejudicou seriamente o fornecimento de comida para o grupo, mesmo com os sindicatos ajudando, as saídas não poderiam ser frequentes, houve momentos em que os alimentos simplesmente acabaram. A precariedade das condições, associada à dificuldade de receber mantimentos, deixou o grupo vulnerável, colocando sua sobrevivência em risco.

Para Flávia, um dos maiores desafios foi lidar com o medo constante de uma possível repressão policial, enquanto cuidava de sua filha de apenas seis anos. "foi um cuidado muito especial, porque tinha um açude, tinha que estar olhando as panelas com as comidas, tinha que estar olhando para o açude" Além disso, Flávia também se preocupava com a presença de ferramentas de trabalho, como foices e enxadas, que representavam um perigo para uma criança. O medo da violência e a insegurança em relação à ameaça de intervenção policial também contribuíram para a tensão vivida diariamente.

Já para Sérgio, o maior desafio era encontrar coragem e motivação para convencer as outras famílias a continuar. Pois além de estarem lidando com pessoas as quais já se conheciam. "As pessoas também eram daqui. (...) e outra coisa, fazia esse desafio sem eu nunca ter coordenado isso diretamente, a gente participava", explicou Sérgio Mesquita, enfrentar essa responsabilidade, em meio à pressão externa e interna, era algo novo para ele, que nunca havia experimentado uma posição de liderança antes.

Os testemunhos colhidos mostram como os desafios da ocupação eram variados, mas todos profundamente interligados pela luta pela sobrevivência e pela constante busca por segurança e dignidade. Durante aproximadamente um ano vivendo sob lonas improvisadas, até o aguardado dia de emissão de posse, cada ocupante enfrentou a fome, o medo da violência e a responsabilidade de liderança, vivendo suas próprias batalhas enquanto superavam coletivamente os obstáculos do dia a dia.



CS Digitalizado com CamScanner

Ocupantes da fazenda Boqueirão construindo barracas de lona para se abrigar em 1997, Acervo pessoal do ocupante e ex-morador/assentado, Sérgio Mesquita.

A emissão da posse:

O processo de emissão de posse da fazenda ocupada pelo engajamento de um pequeno grupo de pessoas sem-terra, que acreditaram que podiam se libertar da condição de explorados, e que se converteria no Assentamento 24 de Abril foi marcado por uma intensa mobilização e articulação, tanto em âmbito local quanto nacional. Sérgio Mesquita ressaltou a rapidez com que o processo se desenrolou, destacando que, desde o dia da ocupação até a emissão da posse, não se passou mais do que um ano. Ele relembra que, apesar dos obstáculos, o grupo já tinha a confiança de que, “aos trancos e barrancos”, a posse seria garantida. Um dos momentos mais críticos foi quando um desembargador chamado Hernando Barreira, por meio de uma articulação direta, adiou o despejo que havia sido determinado pela Justiça. Sérgio registrou o momento em que, após uma conversa com o desembargador, este solicitou que o despejo fosse suspenso enquanto o processo era reavaliado. Esse adiamento foi fundamental para que o INCRA pudesse intervir, transferindo a responsabilidade da polícia local para a esfera federal, garantindo, assim, uma maior proteção aos ocupantes.

José Milton também destacou o papel crucial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acarape e da FETRAECE nesse processo. Ele lembra que o Sindicato de Acarape

não apenas coordenou a ocupação inicial, mas também foi responsável por intervir judicialmente para derrubar as liminares que tentavam embargar a permanência dos ocupantes. “Quando a liminar vinha, o advogado derribava, né? ”, conta José, reforçando a importância e o apoio contínuo da entidade sindical para a concretização do assentamento.

No entanto, não foram somente as instituições que influenciaram esse processo, as mulheres desempenharam papéis importantes, dentro e fora da ocupação. Os homens reconheceram isso desde o princípio, “O papel fundamental das mulheres nessa época foi encorajar os maridos para irem. ” (Mesquita, 2024) enquanto seus maridos iam para a ocupação, suas esposas ficaram em casa cuidando da casa, dos filhos e do sustento, como foi o caso da família de José Milton, “Ficou no Acarape. Não tinha condição de vim, não. Porque se viesse a Maria [esposa], ficou na rua, já para trabalhar... ficou trabalhando lá, e conseguiu alguma coisa para fazer, manda até para mim. Ela mesmo vinha deixar, era difícil. ” O entrevistado também cita a vinda das esposas e dos filhos que só ocorreu após de alguns meses:

Quando ela veio para cá, acho que nós já tava numa barra de uns 4 mês. Foi que ela conseguiu vim, de 4 a 5 mês, de 4 a 5 meses que ela veio. Ai até para a gente sair daqui, para ir na rua, em casa, tinha que passar pela reunião, para poder sair 1, 2, pá ir em casa. Tinha hora para ir, tinha hora para voltar também. Tinha isso ainda. Porque a gente corria o risco de ser pegue na estrada, né? Até pela pressa. Porque o patrão estava atrás de recolher a terra de volta, aí a gente tinha que ter muito cuidado. (Costa, 2024)

Embora o papel das mulheres tenha sido reconhecido como fundamental na ocupação do Assentamento 24 de Abril, é importante destacar que essa realidade não foi compartilhada por todos. Um exemplo claro é o de Dona Rosélia, uma mulher viúva que, apesar de seu profundo vínculo com a terra e sua disposição para trabalhar, foi inicialmente julgada pela comunidade. Por ser viúva, muitos duvidaram de sua capacidade de cumprir o papel de agricultora, acreditando que ela não conseguiria lidar com o trabalho pesado exigido no campo. Esse preconceito não é apenas isolado, mas também ressaltou as barreiras que certas mulheres enfrentam, mesmo em um movimento que se orgulhava de ser inclusivo. A trajetória de Dona Rosélia revela que, embora houvesse reconhecimento do papel feminino, esse reconhecimento era limitado e, em alguns casos, restrito a mulheres que detinham certos estereótipos sociais.

O Açude Boqueirão, um aliado estratégico da ocupação

Como já mencionado o açude, foi construído na década de 1930, com recursos públicos, que sob a justificativa de prover assistência às comunidades atingidas pelas recorrentes secas do semiárido brasileiro, se utilizando da força de trabalho de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, para auferir vantagens, estruturando suas propriedades privadas, às quais, após cessado os períodos de calamidade, era proibido o acesso dos necessitados.

Construído em terras que pertenciam a Antônio Vieira, na antiga Fazenda Boqueirão, homem conhecido localmente por explorar moradores da fazenda e adjacências. Antônio, com seu senso de comunidade, por assim dizer, não proibia o uso do açude, porém, estabelecia regras rígidas para quem dela necessitasse obter algum usufruto para o sustento da vida. Permitia que vizinhos se banhassem, coletassem água potável e atendessem às suas necessidades diárias a partir daquele recurso, segundo relatos informais da comunidade.

O açude, em si constituía fonte potencial ao suprimento de necessidades básicas de moradores da localidade, entretanto, vedadas à maioria destas pessoas. Durante a ocupação da fazenda, o açude ganhou ainda mais relevância. Seu entorno foi usado de forma estratégica, servindo como uma espécie de barreira para dificultar represálias ao movimento de ocupação. O local escolhido para instalação dos ocupantes era de difícil acesso para quem estava de fora, criando uma condição de isolamento favorável para pudessem manter algum resguardo frete às presumidas represálias que poderiam vir tanto por parte do proprietário, quanto de forças de segurança do poder público. Era uma forma de proteção, tanto física quanto simbólica, que reforçava a luta por aquela terra.

No presente, ano de 2024, o açude reafirma-se como fonte primordial, proporcionado aos moradores do Assentamento. Além de abastecer a comunidade com água potável, seja por meio das galerias e levadas, construída junto ao açude, ou por via da encanação feita com a ajuda da prefeitura nos de 2008, fim de seu segundo mandato⁴, suas águas tranquilas atraem os moradores para momentos de convivência, seja para banhos refrescantes ou para a pesca. Ainda que o acesso seja controlado em certos períodos, como por exemplo no inverno que a entrada dos visitantes fica restrita para fim de impedir o descontrole de banhistas a beira do açude, principalmente quando as águas transbordam no período em ocorrem chuvas mais intensas. De modo geral, continua a ser um ponto de encontro harmonioso entre os assentados, agregados e outros visitantes.

⁴ Dados obtidos em conversas informais com moradores do Assentamento 24 de Abril



Flavia Martins, primeira mulher da ocupação a participar da ocupação, montada em um cavalo também que também fez parte da ocupação, em frente ao açude no ano de 1997. Acervo pessoal da ocupante e ex-moradora/assentada, Flavia Martins.



Imagem de vista panorâmica do Açude do Boqueirão, sangria (local por onde transbordam as águas da cheia, durante o período de chuvas, em 29/04/2023. Acervo pessoal da autora.

Considerações Finais

Em suma, a rápida emissão de posse do Assentamento 24 de Abril foi resultado de uma combinação de fatores, que incluem a mobilização efetiva das organizações sociais, a

articulação política tanto dentro como fora do Assentamento e o comprometimento dos ocupantes em garantir seus direitos. A capacidade de diálogo com as instituições e a solidariedade entre os membros da comunidade foram elementos cruciais para a superação dos desafios enfrentados durante o processo. Além disso, o papel das mulheres, embora muitas vezes subestimado, foi fundamental para a construção de um ambiente de apoio e resiliência, desafiando as normas tradicionais que cercam o trabalho rural. Este estudo não apenas preserva a memória dessa luta, mas ele também ressalta a necessidade de reconhecimento e valorização das contribuições de todos os envolvidos, apontando para um futuro em que a equidade e a justiça social sejam cada vez mais uma realidade nas comunidades rurais.

Fontes

Entrevistas: Realizadas com moradores e ex-moradores do Assentamento:

- Maria Rosélia Gomes de Oliveira, 74 anos, nascida e criada na fazenda Boqueirão, sendo hoje assentada. (Entrevista em 8 set. 2024)
- José Milton Bezerra da Costa e tenho 66 anos, pioneiro da ocupação e assentando atualmente. (Entrevista em 8 set. 2024)
- Flavia Martins da Silva, 50 anos, única mulher dentre os primeiros a ocupar a fazenda. (Entrevista em 10 set. 2024)
- Joaquim Sergio Pereira de Mesquita, 56 anos, um dos líderes do movimento de ocupação. (Entrevista em 21 ago. 2024)

Fotografias: Imagens da ocupação, feitas pelos próprios ocupantes, que testemunha visualmente o contexto histórico, assim como atualidade do Assentamento, fornecendo evidências sobre a ocupação e o cotidiano das pessoas envolvidas.

Lista de Residentes: Relação de nomes das pessoas que ainda hoje residem no assentamento, bem como aquelas que foram retiradas ou que optaram por deixar o local.

Dossiê sobre o Assentamento 24 de Abril: documento elaborado por entidades dos movimentos sociais em apoio aos ocupantes e a favor da consolidação do assentamento, no qual encontram-se informações detalhadas sobre a história e o processo de formação do assentamento, complementando os dados obtidos por meio das entrevistas e outras fontes primárias.

Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/16dossie24abril.htm>

Acesso em: 29 set 2023.

FETRAECE – (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará) Planilhas contendo dados fornecidos pela relação dos assentamentos de reforma agrária e as cédulas de implantação no maciço de Baturité.

Referências

- CORREIA, Ana Paula Lopes de Souza. **O desenvolvimento do capitalismo no meio rural e suas consequências para o campesinato**. São Paulo: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2017. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/> . Acesso em: 21 nov 2023
- DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. In: JACCOUD, Luciana. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005, p. 51-90
- FRANCO, Jaqueline Aparecida Souza. **Debaixo da lona preta: terra, raça e educação**. 2019. 61 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, MG, 2019
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A OCUPAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À TERRA**. São Paulo, Contexto, 2001.
- CRESWELL, Jonh W. Uma estrutura para projeto. In: **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. p. 21-42
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ., 1997
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Ed: UFMG, 1999. 344p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo: conflitos e violência, movimentos sociais e resistência**. São Paulo: Contexto, 1994.
- PEREIRA, Maurício Gomes. **Dez passos para produzir artigo científico de sucesso**. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas
- RANGEL, Aline Luciane Lopes; YKEGAYA, Tupiara Guareschi. **O direito à terra como expressão da alteridade e possibilidade de autodeterminação e reprodução social**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS, 3., 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UNIFOR, 2014. Disponível em: <http://direitos-culturais.betri.uni5.net/wp-content/uploads/2022/01/ANAIS.IIIIEIDC.2014.pdf> Acesso em: 25 set 2023
- STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Ed: Expressão Popular, 2012.